



BOLETIM DA SENAES

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA

Ministério do Trabalho e Emprego/SENAES MTE

62^a edição / Julho de 2025

4^a CONAES REUNIRÁ MAIS DE MIL PARTICIPANTES PARA DEBATER FUTURO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) anuncia os preparativos para a 4^a Conferência Nacional de Economia Popular e Solidária (Conaes), que acontecerá entre os dias 13 e 16 de agosto, em Luziânia (GO). O encontro reunirá cerca de 1.200 participantes, entre delegados e delegadas eleitos/as nas etapas intermunicipais e estaduais, convidados/as e equipes de trabalho.

De acordo com o secretário nacional de Economia Popular e Solidária do MTE, Gilberto Carvalho, o objetivo da conferência é consolidar propostas para a construção do 2º Plano Nacional de Economia Popular e Solidária, com diretrizes e ações para os próximos anos. “Durante quatro dias, vamos debater os rumos do setor no Brasil e aprovar propostas para fortalecer essa política pública”, afirmou.

Com o tema “Economia Popular e Solidária como Política Pública – Construindo territórios democráticos por meio do trabalho associativo e da cooperação”, a Conaes reunirá 916 delegados e delegadas eleitos nos estados, além de integrantes do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), que terão direito a voto. Outros/as convidados/as também participarão, fortalecendo o diálogo e a agenda da economia solidária.

A última edição da Conaes foi realizada em 2013, quando foi elaborado o 1º Plano Nacional para o período de 2015 a 2019.



4^a Conaes

ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA:
CONSTRUINDO TERRITÓRIOS DEMOCRÁTICOS POR MEIO DO TRABALHO
ASSOCIATIVO E DA COOPERAÇÃO

Mobilização nacional envolveu 15 mil pessoas

A conferência nacional é resultado de um processo de mobilização que percorreu todo o país. Foram realizadas 182 conferências locais, 27 estaduais (com eleição de delegados) e 14 conferências temáticas, reunindo cerca de 15 mil participantes em mais de 1.500 municípios ao longo de um ano.

Gilberto Carvalho ressalta que a economia popular e solidária é uma ação concreta de enfrentamento à pobreza, ao desemprego e à exclusão social. "Nesse modelo econômico, as pessoas produzem e tomam decisões coletivamente. Os lucros são distribuídos de forma igualitária, com incentivo ao consumo consciente e ao comércio justo", destacou.

Justa Trama será uma das experiências apresentadas

Um dos exemplos inspiradores que estará presente na 4^a Conaes é o da Justa Trama, rede de produção de algodão ecológico solidário que reúne cerca de 700 cooperados em diferentes regiões do Brasil. A rede atua em toda a cadeia produtiva têxtil, desde o cultivo agroecológico até a confecção de roupas, bolsas e embalagens.

O algodão orgânico é cultivado no Ceará e no Rio Grande do Norte. Em Minas Gerais, ele se transforma em fios e tecidos; em Rondônia, são produzidos botões e bonecas com retalhos. Todos os materiais seguem para o Rio Grande do Sul, onde os produtos finais são confeccionados e comercializados.

Nelsa Nespolo apresenta a Cooperativa Justa Trama ao Presidente Lula. Foto: Ricardo Stuckert / PR

Para Nelsa Nespolo, presidente da Justa Trama e da Unisol no Rio Grande do Sul, a conferência é um espaço estratégico para fortalecer a economia solidária. "A economia solidária é essa utopia que se materializa no dia a dia, por meio de empreendimentos, associações e grupos que promovem o desenvolvimento e estarão presentes na conferência para discutir as políticas públicas para o setor", afirmou.

Políticas públicas em andamento

O MTE vem implementando uma série de políticas públicas para fortalecer o setor. Entre as iniciativas, destaca-se o Programa Paul Singer de Formação, que selecionou 500 agentes territoriais com a missão de apoiar e expandir os empreendimentos solidários.

Além disso, foi retomado o Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (Cadsol), essencial para a formalização das iniciativas e o acesso a políticas públicas. O MTE também tem incentivado a formação de cooperativas de motoristas de aplicativo e entregadores, com foco na melhoria das condições de trabalho e renda.

Segundo dados do Cadsol, em 2016 o Brasil registrava 20.670 empreendimentos solidários, envolvendo 1,425 milhão de trabalhadores e trabalhadoras.

A 4^a Conaes representa, assim, um marco para consolidar a economia solidária como política de Estado, promovendo trabalho digno, inclusão social e desenvolvimento sustentável.

Com informações do site do MTE em

4^a Conaes reunirá mais de mil participantes para debater futuro da economia solidária no Brasil

Evento nacional em agosto discutirá o 2º Plano Nacional de Economia Popular e Solidária; Justa Trama será um dos exemplos apresentados

 Ministério do Trabalho e Emprego

LIVE 'ENCONTRO COM A SENAES' DEBATE SOBRE AS POLÍTICAS DE ESTADO PARA AGENTES TERRITORIAIS

No período em que a população brasileira esteve mais desassistida de políticas públicas, a mobilização social mostrou força e salvou vidas abandonadas por uma gestão governamental que fez pouco caso da saúde pública nacional. Em um contexto de extrema vulnerabilidade com a pandemia de COVID-19 (2020 a 2023), o povo se insurgiu e promoveu uma onda de solidariedade para acolher tanto as pessoas que estavam passando fome, quanto às que não tinham condições de comprar álcool 70% que, devido à alta procura, encareceu demais. É dentro deste contexto desesperador que nascem as cozinhas que alimentaram populações em insegurança alimentar, bem como pessoas da própria comunidade com conhecimento em saúde pública ajudaram a salvar vidas, arriscando sua própria condição.

Ao assumir novamente o governo federal em 2023, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva decide acolher estas tecnologias sociais apuradas ao longo dos três anos de emergência sanitária mundial, e as transformou em agenda de governo e política pública. Foi desta forma que nasceram os programas Cozinhas Solidárias, dentro do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e os Agentes Populares de Saúde – AgPopSUS, no Ministério da Saúde (MS). Também serviu de inspiração para outras ações como o Programa de Formação Paul Singer do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e os Agentes Territoriais de Cultura no Ministério da Cultura (MinC).

Coordenada pela Secretaria Geral da Presidência da República (SG-PR), a

Política Nacional de Participação Social em Educação Popular nos Territórios prevê a formação e a atuação de agentes a partir de programas de vários ministérios e hoje envolve centenas de pessoas espalhadas por territórios Brasil afora. Desta forma, o governo federal vem usando estratégias de mobilização e de conscientização da população para que os serviços e bens públicos cheguem a todos os cantos do país pelas mãos do próprio povo. As ações estão voltadas à recriação, reformulação e reforço dos conselhos de políticas públicas, retomada das conferências nacionais, fortalecimento da participação digital e recuperação da política de educação popular.



Foto: Matheus Itacarambi/MTE

Com o objetivo de trazer o debate sobre as agendas de agentes territoriais desenvolvidas na Esplanada, a Senaes organizou a live mensal com convidadas e convidados que tratam desta política em seus ministérios. Para tanto, participaram, no dia 02 de julho, o Ministério da Saúde, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Cultura, da Fundacentro e do Consórcio Nordeste.

Com o objetivo de trazer o debate sobre as agendas de agentes territoriais desenvolvidas na Esplanada, a Senaes organizou a live mensal com convidadas e convidados que tratam desta política em seus ministérios. Para tanto, participaram, no dia 02 de julho, o Ministério da Saúde, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Cultura, da Fundacentro e do Consórcio Nordeste.

Em sua fala de abertura, Gilberto Carvalho afirmou que cada vez fica mais evidente e claro que todas as políticas públicas, para que elas tenham eficácia e aconteçam na vida do povo, é importante que se enraízem e ocorram nos territórios, que é onde vivem as pessoas. “No caso da Senaes, a partir do mês de julho, temos a alegria de anunciar 500 agentes da economia popular e solidária que vão a campo para realizar a política pública do diagnóstico da Economia Popular e Solidária (EPS), do estímulo a novos empreendimentos da EPS, atualização do Cadsol e, em conjunto, com a gente, em outros ministérios, construir esse trabalho de base, de informação, conscientização e estímulo de organização do nosso povo em suas formas mais criativas e diversas”, pontuou Carvalho.

“A lógica deste trabalho territorial é coordenada pela SG. Desde o início do nosso governo, foi trabalhada essa ideia de uma participação social efetiva nos territórios. Desta forma, foi desenvolvido um trabalho junto aos ministérios e aos diversos movimentos de participação social, da sociedade civil, a ideia de criar em cada região do país um elemento de unir as energias para que sociedade civil e governo conversem entre si e gerem processos de participação e ação direta no território. Entendemos que a democracia não pode ser apenas formal, ela tem que acontecer na vida do povo e precisa ser expressa por meio de formas em que o povo possa decidir seu destino e caminhos.”.

Programa de Formação Paul Singer

Para contar o processo de construção do programa desenvolvido pela Senaes, a coordenadora-geral de Projetos da Diretoria de Projetos da Secretaria, Vanderlúcia Simplício, apresentou síntese da estrutura do Paul Singer, bem como as agendas de formação que acontecem na segunda quinzena do mês de julho.

Entre os principais objetivos do programa estão articular políticas e integrar as ações do governo federal no território, fortalecer e ampliar empreendimentos de EPS, contribuir com o fortalecimento da Política Nacional de Economia Solidária, promover escuta sobre importância da economia solidária e estimular a realização de ações concretas Sistematização, de forma coletiva, das experiências nos territórios.

Primeiro encontro de formação dos coordenadores estaduais de Agentes de Economia Popular e Solidária. Foto: Matheus Itacarambi/MTE

AgPopSUS – MS

Representando o Ministério da Saúde para contar da experiência do Programa de Formação de Educadores e Educadoras Populares de Saúde (AgPopSUS), Camila Tenório, da Secretaria de Trabalho e Gestão na Saúde do MS, que coordena a iniciativa dos agentes de educação popular em saúde, contou que o objetivo do AgPopSUS é formar 11 mil agentes até o final de 2025. “Já estamos em formação através de dois editais que foram lançados em agosto de 2023”. Ela afirmou, na ocasião, que a live da Senaes representa o esforço da unidade das diversas estratégias de agentes territoriais, uma iniciativa que representa os esforços que

vêm sendo construídos desde 2023 nesse espaço de articulação das políticas públicas, com a educação popular.

É muito importante quando a gente se encontra com os vídeos e místicas porque lembram o motivo de estarmos realizando o trabalho ancorado no território não tem como falar de território se não falar de mística. A parceria entre os ministérios que trabalham essa lógica de territórios está ficando bem íntima e é muito salutar para todas as nossas experiências com os e as agentes territoriais.

Camila contou a história de surgimento do Programa, durante a pandemia, em que existia uma completa falta de assistência a população brasileira, “e o território fez a formação dos agentes populares de saúde, a partir da experiência que surge do território, combatendo notícias falsas, fazendo a produção de máscaras, fazendo as iniciativas coletivas de lavagem das mãos, já que nos territórios era quase impossível de ter álcool a 70% disponível com facilidade”.

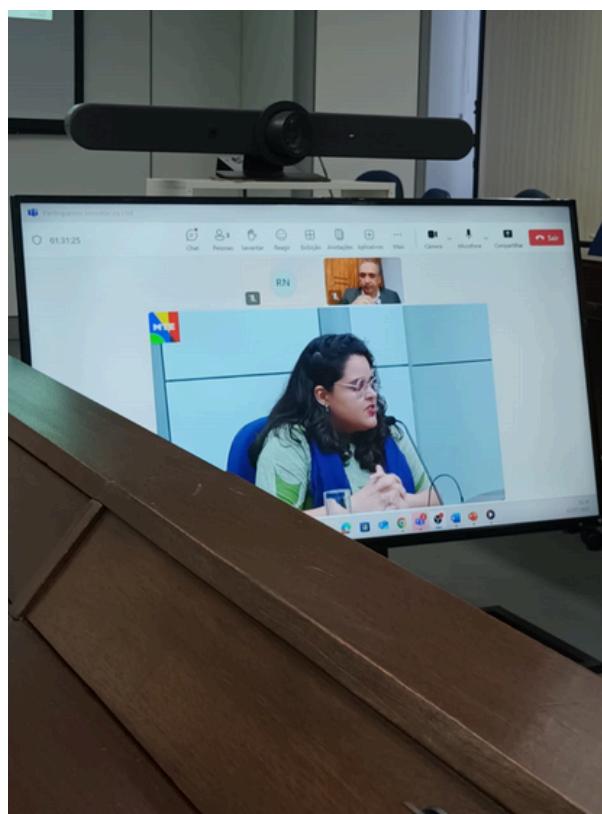


Foto Comunicação Senaes

Elá completou dizendo que, desde o início foi pensada uma estratégia de construção conjunta com os movimentos sociais e populares, “um dos necessários fortalecimentos da participação social dentro do governo federal e do fortalecimento do próprio SUS, trazendo a formulação e execução de políticas públicas junto à sociedade civil, que fundamenta a base social da nossa sociedade, e esse é o grande diferencial da construção do AgPopSUS. Portanto são os movimentos que estão nesse território vivo, que é dinâmico e construído de acordo com a realidade local, portanto se faz tão necessária a construção conjunta dessa experiência, que também é realizada com os movimentos de cultura, da economia solidária como das cozinhas populares”.

“Enquanto Ministério da Saúde, sabemos que essa é nossa tarefa principal e histórica construir coletivamente a consciência política dos nossos direitos, que é o direito do povo à cultura, alimentação saudável, e geração de economia e renda”.

Conheça mais sobre o AgPopSUS em



Cozinha Solidária – MDS

Para falar do Cozinhas Solidárias, desenvolvido no MDS, Ana Paula Cerca, que integra a equipe do Programa, destacou a importância das cozinhas: são espaços de mobilização, cuidado, afeto e atuação no território. “As cozinhas existem desde que existe a humanidade. É um espaço de encontro. E foi na pandemia que os movimentos sociais de organizam para ofertar alimentação e combater a insegurança alimentar, nutricional e a fome nos territórios.

Em 2023, o governo Lula se coloca o desafio de apoiar essa tecnologia social, quando é lançada a lei que regulamenta e abraça essas tecnologias sociais", destaca Ana Paula - Lei nº14.628/2023, regulamentado pelo Decreto nº11.937/2024, tem por objetivo fornecer alimentação gratuita e de qualidade à população, preferencialmente às pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social, incluída a população em situação de rua e em insegurança alimentar e nutricional.

"É uma política pública nova, que está em construção e tem desafios e perspectivas, e é um programa irmão do AgePopSUS e dos Agentes de Economia Popular e Solidária. Temos um fórum de práticas educativas e territoriais onde nos encontramos e articulamos essas ações coordenadas pela SG, onde é um espaço frutífero para o diálogo e aproximação, além de comunicar as ações que estão acontecendo em cada ministério".



Ana Paula Cerca (blusa vermelha). Foto Comunicação Senaes

Ela destacou que o Programa Cozinha Solidária sofreu diversos ataques no início deste ano, quando foi detectado que, apesar de precisar aprimoramento, existem muitas informações que são inverídicas que as cozinhas, de fato, atuam nos territórios e seguem matando a fome da população.

Ana Paula contou um pouco do funcionamento do Programa. Ela disse que o edital de 2024 foi a primeira experiência do MDS com apoio a 21 entidades gestoras, e conta com aproximadamente 400 cozinhas nos territórios. "É um investimento de R\$ 36 milhões que somam a oferta de 14 milhões de refeições e, para o segundo semestre deste ano, vai sair novo edital de apoio".

Além dos editais de apoio, existe outra modalidade dentro do Programa que é o fornecimento in natura pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). "Então além do apoio complementar, que é R\$ 2,40 por cada refeição, temos esta articulação com o PAA onde ofertamos o alimento in natura. É um desafio, mas tem feito chegar nas cozinhas alimento de produção agroecológica, da agricultura familiar que fortalece esse campo".

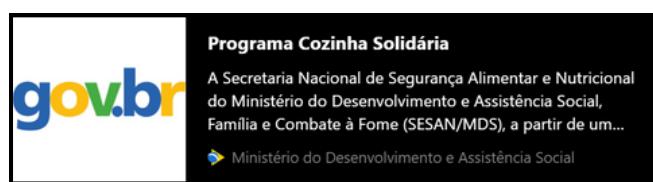
Outro ponto do Programa, segundo explicou Ana Paula, conta com uma modalidade de apoio à formação, com publicação de portaria, no dia da live em 02/07/25, que regulamenta a modalidade de formação. Ela afirma que é um desafio, "mas também uma oportunidade de fortalecer agentes populares de alimentação nas cozinhas solidárias, no território onde bebemos das experiências do Paul Singer e AgePopSUS".

Atualmente existem 1.100 cozinhas dentro do Programa Cozinhas Solidárias no MDS, mas existem pouco mais de quatro mil cozinhas mapeadas. O desafio, segundo Ana Paula, é trazer essas cozinhas (de igreja, de terreiro, de movimentos sociais e diversos arranjos diferentes em funcionamento que já estão mapeados) para a habilitação, que é um processo simples, mas que exige documentação para esse reconhecimento por parte do ministério.

"E estamos nessa irmandade com o Paul Singer: um dos nossos desafios colocados para a formação dos agentes de cozinha é

é a geração de emprego e renda nos espaços de cozinha solidária que é a autogestão e a solidariedade. A maioria de quem toca as cozinhas solidárias são mulheres negras das periferias do nosso país que também precisam de um olhar para a geração de trabalho e renda para ter novas perspectivas de vida e sustentabilidade”.

Conheça mais do Programa Cozinha Solidária do MDS em



Agentes Territoriais de Cultura – MinC

A Diretora de Articulação e Governança da Secretaria de Articulação Federativa e Comitê de Cultura do MinC, Dezirré Tozi, participou da live por meio de vídeo devido ao cumprimento de agenda de viagem. Para ela, é importante olhar para a cultura a partir da perspectiva do mercado de trabalho também. “A política cultural tem muitos desdobramentos e uma delas é fortalecer a geração de emprego e renda”, destacou em sua fala.

Ela disse que a secretaria à qual está ligada coordena o Programa Nacional de Cultura, que nesta gestão se consolida enquanto Lei, e o MinC, que pensa estratégias para implementação e consolidação do Sistema Nacional de Cultura (SNC), incentivou várias iniciativas e, uma delas, é o Programa Nacional dos Comitês de Cultura, a partir do entendimento que nem sempre as políticas culturais chegam para todos os territórios da mesma forma e nem sempre se consegue preparar a população para ocupar espaços de poder na gestão da cultura e, ao mesmo tempo, preparar para disputar recursos do financiamento da cultura.

“Então essa iniciativa de pensar o SNC como uma estratégia de fortalecimento da democracia e do Pacto Federativo, e além de tudo, de promoção dos direitos culturais, têm seus Comitês de Cultura uma de suas grandes frentes. Essa iniciativa da perspectiva de pensar como a população precisa fazer valer seus direitos culturais a partir da chave dos territórios”. Dezirré Tozi



Imagen reprodução da Live

Ela explicou que, tanto os agentes territoriais, quanto os Comitês de Cultura, são estruturados a partir de quatro eixos: a comunicação das políticas culturais, articulação do setor cultural no território, difusão das políticas culturais e sua interseccionalidade com diversos temas e públicos e a formação em educação popular como importante pilar e fundamento deste programa. Dezirré afirmou, ainda, que a partir da iniciativa dos agentes tem-se a oportunidade, com esses públicos, de transformar como a gente faz as políticas públicas chegarem à nossa população.

“Essa é uma oportunidade fazermos, juntos com a Senaes e todos os agentes da Esplanada, uma vez que quase todos os agentes estão fazendo ações similares e é uma oportunidade que temos de articular no território emprego, renda, economia solidária, políticas de assistência social, saúde, educação, combate ao racismo e a violência contra as mulheres”.

Conheça mais detalhes do Programa Agentes Territoriais de Cultura em



Fundacentro

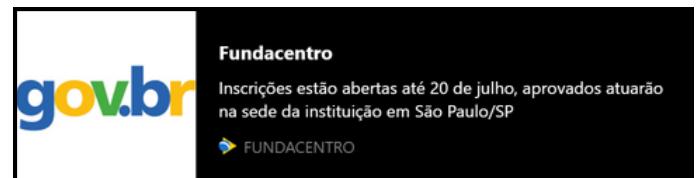
Pedro Tourinho, presidente da Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho – Fundacentro, instituição de pesquisa avançada em Saúde e Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (SST), vinculada à pasta do MTE, comentou que, quando começou a discussão sobre o Programa Paul Singer de Agentes Territoriais dentro do MTE, a Fundacentro muito rapidamente se interessou, justamente por sua identidade com a SST para compor e contribuir para que a iniciativa fosse viabilizada, “e incorporar dentro da agenda da produção econômica, popular e solidária, a dimensão negligenciada historicamente da saúde e da segurança em ambiente de trabalho”.



Pedro Tourinho em destaque na tela.
Foto Comunicação Senaes

“Se estamos falando em produção de ambientes de trabalho que sejam solidários de fato, estamos falando de ambientes que vão ser saudáveis e que não vão contribuir para o adoecimento dos trabalhadores e das trabalhadoras, que é um dos pilares que caracteriza a nossa definição do Trabalho Decente. Desde então temos feito um itinerário muito rico e produtivo de encontro disciplinar entre os saberes da Educação Popular e da Economia Popular e Solidária, e os saberes acumulados do universo das políticas públicas de SST. Esse itinerário nos levou ao amadurecimento do ponto de vista programático e teórico, consolidado ao longo desse último ano e agora com a chegada dos 500 agentes populares, estamos efetivamente começando a pensar com a dimensão para além do planejamento das ações econômicas e solidárias, do apoio aos empreendimentos, a dimensão da saúde e da segurança pode ser observada. Esses agentes, apesar de serem agentes que vão consolidar a política nacional de economia solidária, também serão agentes que irão transformar a maneira como os ambientes de trabalho se organizam para que eles possam ser mais seguros e mais saudáveis”.

Conheça o trabalho da Fundacentro em



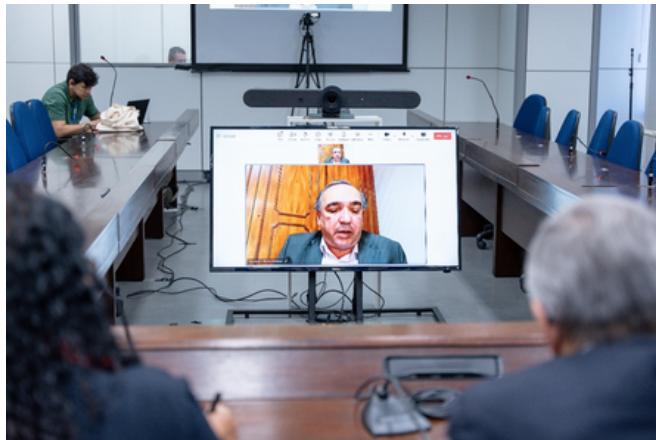
Programa de Produção e Consumo de Alimentos Saudáveis nos Territórios da Cidadania da Região Nordeste do Brasil – PAS Nordeste

José Humberto de Oliveira, integrante da coordenação técnica de um programa criado pelo Consórcio Nordeste, que hoje é parte de um acordo com o governo federal, por meio da Secretaria Geral da Presidência da República, inicia PAS Nordeste com a SG, MDA, MDS, Integração e Desenvolvimento Regional e com o MTE, através da Senaes. De acordo com Humberto, são cinco ministérios e nove governos estaduais, associados para fazer esse programa acontecer na região Nordeste. “O PAS é um programa de produção e consumo de alimentos saudáveis implementado nos territórios da cidadania no NE”.

Ele falou que o PAS será realizado em 81 territórios da região NE, porque o desenho territorial utilizado vem do Programa Territórios da Cidadania, “de uma ação que teve início no MDA, dentro do território socialmente construído, porque em cada um dos territórios tem um colegiado de desenvolvimento territorial”.

“Os Agentes de Economia Popular e Solidária podem, inclusive, se encontrar nesse colegiado de desenvolvimento territorial, já passado para a Senaes, e fizemos a identificação de que em 44 territórios vamos ter uma presença dos AGEPS”. Humberto Oliveira

Para conhecer mais sobre o PAS Nordeste acesse esta live pelo canal



Humberto de Oliveira em destaque na tela. Foto Matheus Itacarambi/MTE

Assista a live Encontro Senaes

Clique na imagem abaixo e assista a live Encontro Senaes – Programa de Formação Paul Singer as estratégias territoriais do Governo Federal completa em



CONHEÇA E DIVULGUE O VÍDEO CLIPE DOS AGEPS

A mística da abertura da live mensal 'Encontro com a Senaes', apresentou o vídeo de produção da Equipe Nacional e dos Agentes Territoriais de Economia Popular e Solidária de São Paulo do Programa de Formação Paul Singer, na área educomunicação.

Conheça, compartilhe e cante com os e as AGEPS que já fazem parte da história do governo Lula 3



CONTE PARA NÓS SUA EXPERIÊNCIA COM O BOLETIM SENAES

Com o intuito de aperfeiçoar nossa lista de transmissão e envio do Boletim por mensagem eletrônica, gostaríamos de saber sua experiência em receber nossas notícias.

Para tanto, precisamos que você envie mensagem contando se tem ou já teve dificuldades em receber o Boletim, seja por telefone ou e-mail.

Na mesma mensagem você pode nos enviar dúvidas, críticas e sugestões para melhorar nosso informe semanal.

Para você ter acesso às edições do Boletim Semanal da Senaes, basta clicar [aqui](#)



Mande sua experiência, dúvida, crítica ou sugestão para

comunicação.senaes@trabalho.gov.br

que ficaremos felizes em responder.

Obrigada 😊

Expediente: Informativo elaborado pela Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária - SENAES/MTE

Contato/sugestões:

E-mail:

comunicacao.senaes@trabalho.gov.br

Telefone: (61) 2031- 6833